

nea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o sargento-chefe de artilharia (13953078) Amílcar Soares Valente para o cargo de secretário do SCEM/OPS no Estado-Maior da EUROFOR, em Florença, República Italiana, em substituição do sargento-chefe de infantaria (05541382) António Augusto da Conceição Duarte, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o sargento agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 17 443/2005 (2.ª série). — Ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho,

requisito para prestar serviço no núcleo de apoio administrativo do meu Gabinete as seguintes funcionárias:

Ana Cristina Barradas Fernandes, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Arlete de Lurdes Trincheira Louro Vassalo, do Centro Nacional de Pensões.

Conceição Helena Anjos Silva Nunes, do Instituto Geográfico Português.

Maria Celeste Leitão Lages Lobato, da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

22 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Despacho n.º 17 444/2005 (2.ª série). — Ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para prestar funções de motorista no meu Gabinete os seguintes funcionários da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

João Luís Vieira Mira (com efeitos a partir do dia 28 de Julho de 2005).

Manuel Fernando Azevedo.

Artur Jorge Gomes.

22 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 7292/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situação de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto.	Técnico superior de 1.ª classe ...	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências farmacêuticas.	Loures.
António Eduardo Baltar M. de Magalhães (a).	Técnico superior de 2.ª classe ...	Licenciatura em Direito	Direito	Porto.
Eunice Maria Leitão Jorge Ramalho Guerra Marques.	Assistente administrativo	12 anos de escolaridade.	Administrativa	Arraiolos.
Jeanine Leandro Costa	Assessora principal	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas.	Educação	Évora.
José Filipe Madeira Marques ...	Técnico superior principal	Licenciatura em Finanças.	Finanças	Lisboa.
Margarida Maria Oliveira S. M. Páramos Merino.	Técnico especialista (técnico de diagnóstico e terapêutica).	12 anos de escolaridade.	Terapia ocupacional	Lisboa.
Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnico superior de 1.ª classe ...	Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Ciências sociais e políticas.	Cascais.
Maria de Nazareth Sousa Rocha	Técnico superior principal	Licenciatura em Ciências Sociais.	Serviço social	Porto.
Plácido Jorge da Cruz Maia	Técnico superior de 1.ª classe ...	Licenciatura em Economia.	Economia	Lisboa.
Rodrigo Pedro Paes Clemente Mêndia de Castro (a).	Técnico superior de 2.ª classe ...	Licenciatura em Direito.	Direito	Lisboa.
Sérgio Saraiva de Oliveira	Assistente administrativo principal.	Nove anos de escolaridade.	Administrativa	Amadora.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, em substituição, *José Canteiro*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 17 445/2005 (2.ª série). — 1 — Pelo aviso publicado na bolsa de emprego público em 17 de Fevereiro do ano em curso e no *Diário de Notícias*, da mesma data, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, ao qual cabem as competências definidas na alínea a) do n.º 7 do despacho n.º 23 442/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 16 de Novembro de 2004.

2 — Apreciados, de acordo com o preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), os currículos dos oito candidatos ao lugar, conclui-se ser o licenciado Jorge Henriques Martins Lopes o que melhor corresponde ao perfil pretendido para a prossecução dos objectivos e das atribuições do serviço atrás identificado, tendo em consideração:

- Os seus comprovados conhecimentos, teóricos e práticos, nas matérias de âmbito aduaneiro e tributário, resultantes do desempenho diversificado de funções nesse âmbito durante vários anos e em vários serviços desta Direcção-Geral;
- A sua comprovada experiência na organização, na preparação, no acompanhamento e na avaliação de cursos, acções de for-

mação, seminários e congressos, bem como na preparação e no acompanhamento da formação decorrente do intercâmbio de técnicos das administrações da União Europeia, tendo durante vários anos desempenhado funções na área da formação desta Direcção-Geral e exercido também nessa área e na dos recursos humanos as funções de subdirector-geral das Alfândegas de Timor, na qualidade de *deputy controller* das Nações Unidas;

- c) O seu comprovado conhecimento dos programas comunitários na área da qualificação profissional, concretamente dos programas *FISCALIS* e *Alfândega 2002*, tendo sido, durante vários anos, coordenador desses programas pela DGAIEC e tendo sido igualmente correspondente em Portugal da *EURODUANE*, no âmbito dos programas *TACIS* e *PHARE*;
- d) A formação profissional que possui na área do regime jurídico da função pública, em particular na área da gestão dos recursos humanos;
- e) A sua experiência como coordenador, enquanto responsável pelos programas de formação atrás referidos, mas também enquanto consultor das Nações Unidas nos serviços aduaneiros de Timor-Leste.

3 — Nestes termos, e de acordo com o estipulado nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Jorge Henrique Martins Lopes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos.

4 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

8 de Julho de 2005. — A Directora-Geral, *Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo*.

Nota curricular

Nome — Jorge Henrique Martins Lopes.

Currículo académico — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em Outubro de 1982.

Formação profissional:

Detentor de vasta formação profissional, com frequência de diversos estágios, cursos e acções de formação, designadamente nas áreas aduaneira, de formação, de gestão e de línguas; Efectuou um estágio junto dos serviços da Comissão Europeia (DG TAXUD), durante seis semanas.

Currículo profissional:

Em 12 de Março de 1984, ingressou no quadro da DGAIEC na carreira técnica superior aduaneira, sendo actualmente verificador-assessor;

Exerceu funções em diversos serviços, quer ao nível dos serviços centrais, sendo aqui de destacar o serviço prestado na área da política agrícola comum, quer ao nível dos serviços periféricos, salientando-se as funções exercidas no Serviço de Despacho da ex-Alfândega da Lisboa;

Entre 16 de Setembro de 1996 e 15 de Março de 1998, prestou funções em Bruxelas, na Comissão Europeia, junto da unidade Questions jurídicas da DG XIV, como perito nacional destacado;

Desde 15 de Março de 1998, está colocado na Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, sendo de relevar a sua participação, designadamente, na concepção e elaboração dos instrumentos jurídicos de avaliação de desempenho dos funcionários, agentes e dirigentes intermédios da DGAIEC, no grupo de trabalho de concepção do *e-learning*, no levantamento de necessidades de formação da DGAIEC e na elaboração e na execução do plano de formação;

De 15 de Junho de 2002 até 31 de Maio de 2004, prestou funções na ONU em Timor-Leste, tendo exercido o cargo de subdirector-geral das Alfândegas, responsável pelos Departamentos de Recursos Humanos e Financeiros, Formação, Serviço Jurídico e Organização.

Outras actividades:

Ponto de contacto dos programas comunitários *FISCALIS* e *Alfândega 2002*, até Junho de 2002;

Ponto de contacto do programa para os exercícios comunitários de Benchmarking;

Correspondente da *EURODOUANE* em Portugal. Desenvolveu os programas de formação e de apoio técnico da *EURODOUANE* no âmbito dos programas *TACIS* e *PHARE*;

Integrou a delegação portuguesa como representante da DGAIEC no *comité* de gestão «Mecanismo das trocas»;

Fez parte do grupo de peritos aduaneiros para a discussão do Código Aduaneiro Comunitário;

Foi representante da DGAIEC nos grupos de trabalho «Irregularidades do FEOGA», «Produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas (Comissão e Conselho)», «Questões agrimometárias», «Alfândegas 2002», «Fiscalis», «Benchmarking» e «Eurodooune»;

Participou na redacção da versão portuguesa do vídeo sobre o Programa Comum de Formação do Trânsito Comunitário/Trânsito Comum;

Foi júri e coordenador do estágio de ingresso na carreira técnica superior aduaneira entre Junho de 2001 e 2002;

Foi formador em diversas acções de formação de âmbito aduaneiro;

Participou nos seguintes seminários:

«O papel da alfândega na aplicação da política agrícola comum» (Itália, Verona, Maio de 1994);

«Controlos físicos na exportação de produtos agrícolas passíveis do benefício de restituição» (Dinamarca, Helsingor, Junho de 1996);

«Análise de métodos de formação» (Alemanha, Münster, Julho de 1996);

«Desenvolvimento dos métodos de formação» (Áustria, Salzburg, Abril de 1998);

«Avaliação dos programas» (Dinamarca, Snekkersten, Outubro de 1999);

«Gestão dos programas comunitários» (Dinamarca, Helsingor, Junho de 2000);

«Maximização da eficácia do Programa Alfândega 2002» (Itália, Roma, Julho de 2000);

«Informação tecnológica na formação. O uso da Internet/intranet» (Finlândia, Lahti, Outubro de 2000).

Despacho n.º 17 446/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º e da alínea *a*) do artigo 52.º do Regime das Infracções Tributárias (RGIT), aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, delego no subdirector-geral, Dr. João Martins, e no director de serviços de gestão de recursos financeiros e materiais, Dr. Carlos Manuel da Silva Broega, a competência para a aplicação da coima reduzida prevista no artigo 30.º, conjugado com a alínea *p*) do n.º 2 do artigo 109.º do RGIT e com o n.º 12 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, nas situações de entrega do manifesto das bebidas espirituosas em violação do prazo fixado na portaria n.º 426-A/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de Abril de 2005.

26 de Julho de 2005. — A Directora-Geral, *Ana Maria Jordão Macedo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 7293/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de 28 de Julho de 2005, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, são nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de técnico superior assessor principal da área de gestão de recursos humanos, organização e documentação do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando colocado nos Serviços Centrais, os seguintes elementos:

Quota n.º 1 — candidato vinculado à DGCI:

Técnico superior assessor Francisco Monteiro Rocha.

Quota n.º 2 — candidato de outro organismo:

Técnico superior assessor do Instituto de Reinserção Social Abel Sequeira Silva Teixeira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 7294/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informa-se que o projecto de lista de classificação final do processo de progressão para o nível 2, do grau 4 das categorias de técnico de administração tributária e inspector tributário, aberto por aviso divulgado em 2 de Agosto de 2004, se encontra afixado nos serviços da Direcção-Geral dos Impostos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos poderão, no prazo de 10 dias úteis a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dizer